



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4ª andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORD. VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 17/09/2020.**
2 Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às quatorze horas, no link
3 meet.google.com/wrt-xdwn-jwc, participaram os seguintes membros do Conselho Municipal de
4 Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino Bastos e Silva e João Henrique Pereira
5 (SMHS/SMI); Tânia Maas dos Anjos (Gab. Prefeito); Guilherme Graciosa Pereira (FLORAM);
6 Kamila Mendonça de Lima (SMDU); Márcio Ishihara Furtado (SMO/SMI); Adriana Lima da Silva
7 (SMTTDE); Iara Réus Magalhães (SMS); Carlos André Pincelli (VISA); Pery Fernando Fornari
8 Filho (CASAN); Jéssica Cândido Machado (COMCAP); Breno Vilhalba Pamplona (IPUF);
9 Eugênio Luiz Gonçalves e João Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da
10 Silva de Souza e Sulimar Vargas Alves (UFECO); Djan Porrua de Freitas (ABES/SC); Odilon
11 Fernandes Roman (CREA/SC); Pablo Heleno Sezerino (UFSC); Rodger Fernandes
12 (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha (AMASI) e Carlos B. Leite (SINDUSCON), totalizando
13 dezenove (19) instituições do Conselho representadas na reunião. Também participaram da
14 reunião: Claudinei J. Rodrigues (ICMBIO); Murilo Oselame (FLORAM); Francisco Pimentel e
15 Gabriel L. Pessina (CASAN); Frederico Gross (SDS); Janaína Guesser Prazeres (Diretora de
16 Saneamento/SMI); Alexandre Böck e Marília Schmitz (SMI/SMHS/GS); Diego Fiel Santos;
17 Vanessa Rocha e a secretária executiva do COMSAB Paulina Korc, totalizando trinta e três (33)
18 participantes. Justificaram ausência: Cláudio Soares da Silveira (FLORAM); Telma de Oliveira
19 Pitta (SMDU); Ricardo Voss (SMO/SMI); Priscilla Valler dos Santos (SMS); Aroldo João Costa
20 (CREA/SC); Leonardo Lacerda da Silva (SINTAEMA) e Luiz Daniel Bento (PROCON Municipal).
21 A 3ª Reunião Extraordinária Virtual do COMSAB foi conduzida pelo Presidente Laudelino Bastos
22 e Silva com o apoio da Diretora de Saneamento Janaína Guesser Prazeres. Inicialmente o
23 **Presidente** agradeceu a participação dos conselheiros e convidados e, na sequência, colocou
24 em apreciação a ata da 1ª Reunião Extraordinária Virtual do COMSAB, sendo aprovada pela
25 maioria dos conselheiros participantes, com uma abstenção. Na sequência, **Laudelino**
26 rememorou a pauta da reunião: Apresentação sobre o escopo e contraescopo do Estudo das
27 Alternativas de Disposição Final dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Florianópolis,
28 elaborado pela Comissão Especial para o Planejamento da Concepção Geral dos Sistemas de
29 Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário do município de Florianópolis (Decreto
30 Municipal 17.748/2017). Assim sendo, **João Henrique Pereira** esclareceu que a presente
31 reunião teve como finalidade, a Comissão compartilhar com os conselheiros, a primeira etapa
32 desse trabalho que objetiva orientar a elaboração do Termo de Referência para posterior
33 licitação e contratação de empresa especializada. O escopo trata do conteúdo que será
34 contemplado no Termo de Referência. O contraescopo trata do conteúdo que não será objeto



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

35 da contratação. **João Henrique Pereira** disse ainda que a reunião visa dar transparência e
36 buscar as contribuições da sociedade civil organizada para essa etapa do trabalho. As
37 propostas da sociedade civil servirão para compartilhar críticas e sugestões sobre o escopo e
38 contraescopo já apresentados e não será feita avaliação, pela Comissão, sobre as novas
39 propostas apresentadas, a qual será realizada posteriormente. O conselheiro **João H. Pereira**
40 informou que apenas o conselheiro Pablo da UFSC encaminhou proposta para o email do
41 COMSAB e Diretoria de Saneamento, conforme orientação dada na convocação. Na
42 oportunidade, disse que esse trabalho dá sequência ao Estudo da Concepção Geral do Sistema
43 de Esgotamento Sanitário de Florianópolis, já apresentado no Conselho de Saneamento e
44 Frente Parlamentar de Saneamento, instituído pelo Decreto Municipal 21.689/2020 e disponível
45 no endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e busca atender uma das
46 proposições pactuadas na Carta da II Conferência Municipal de Saneamento Básico. Após o
47 preâmbulo, João H. Pereira discorreu sobre as considerações prévias abordadas pela
48 Comissão: **1)** Após a definição do escopo e contra escopo e antes da elaboração do TR serão
49 gerados mapas de restrição para o estudo de cada alternativa de disposição final. **2)** No
50 momento da elaboração do TR será/serão definida(s) a(s) área(s) que serão adotadas como
51 referência geográfica para a realização do estudo. **3)** As áreas de UC atualmente em estudo,
52 como os Refúgios da Vida Silvestre do Maiembipe e Morro do Lampião, entrarão nos estudos
53 apenas se tiverem potencial para sistemas locais. **4)** A área contemplada no Decreto Municipal
54 n.112/1995 será incluída no escopo e, dependendo do resultado dos estudos, a Comissão
55 elaborará parecer técnico justificando a necessidade de alteração do Decreto. **5)** Serão
56 avaliados os impactos positivos e negativos (tomando como referência o escopo do trabalho) da
57 disposição atual nas baías (SES Insular e Saco Grande) e comparado com as alternativas de
58 realocação, adequação ou alteração da disposição atual, assim como das áreas de infiltração
59 atualmente já utilizadas e consolidadas nas UC do Parque Estadual do Rio Vermelho e Dunas
60 da Lagoa da Conceição, inclusive com a consideração do descomissionamento das mesmas. **6)**
61 Para a alternativa de disposição no solo será avaliado se os estudos existentes sobre os
62 aquíferos são conclusivos em termos de conexão para então verificar a necessidade
63 complementação quando da elaboração do TR e como serão abordados os sistemas
64 descentralizados nos aquíferos que tem interferência com UC PI. **7)** Ainda para a alternativa de
65 disposição no solo serão gerados mapas para identificação das áreas públicas do município. **8)**
66 Para os estudos de caracterização de água superficial e subterrânea, assim como para solo, há
67 necessidade de se definir quais levantamentos, ensaios e parâmetros para água superficial e
68 subterrânea (hidrodinâmicos, como vazão e nível e de qualidade, como as características



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

69 físicas, químicas e biológicos) e para solo (capacidade de percolação, permeabilidade,
70 resistividade, grau de saturação, e nível do lençol freático) serão realizados. **9)** Os dados de
71 estudos já realizados serão incorporados, como, por exemplo, aqueles utilizados nos processos
72 de licenciamento já realizados ou em andamento, como o estudo de alternativas de disposição
73 final do Sul da Ilha. No caso dos sistemas de disposição oceânica, em razão dos estudos já
74 realizados, os mesmos serão comparados com as alternativas selecionadas no presente
75 estudo. Dando prosseguimento à explanação, discorreu sobre o ESCOPO: Estudo das
76 alternativas de disposição final (cursos d'água, disposição/infiltração no solo/aquífero, reuso e
77 sistemas locais/individuais) considerando e avaliando: Viabilidade econômica: custos
78 desapropriação, implantação, manutenção e operação (pesquisa com custo médio de cada
79 alternativa para se obter o melhor benefício custo), e a capacidade de pagamento dos
80 munícipes; Viabilidade técnica: eficiência de tratamento; padrões de qualidade; características
81 do solo; distância de poços de captação de água; hipsometria; áreas com risco de inundação;
82 características das águas superficiais e subterrâneas; e aspectos de gestão, regulação e
83 fiscalização; Viabilidade urbanística: legislação urbanística; propriedade de terrenos; densidade
84 de ocupação; e crescimento populacional; Viabilidade ambiental: Áreas protegidas; legislação
85 ambiental vinculada a restrições ambientais para disposição final; capacidade suporte do
86 compartimento ambiental, (solo, aquífero e águas superficiais); Viabilidade social: pesquisa de
87 campo; entrevistas; dados secundários; Viabilidade legal: levantamento de ACPs e sentenças
88 judiciais em vigor e outras legislações pertinentes; Riscos ambientais, sanitários, operacionais e
89 econômicos. No CONTRAESCOPO: 1 - Disposição em curso d'água: 1.1 - Não serão estudadas
90 1.1.1 - No interior das UC municipais, estaduais e federais; 1.1.2 - Nas bacias hidrográficas
91 que contribuem para as baías e que atualmente já contam com sistemas implantados (SES
92 Insular e Saco Grande) ou em estudo (SES Sul da Ilha); 1.1.3 - Na bacia hidrográfica do Rio
93 Ratoles. 2- Disposição no solo: 2.1 - Não serão estudadas; 2.1.1 - No interior das UC
94 municipais, estaduais e federais de PI e entorno/bacia hidrográfica, neste caso, apenas se o
95 aquífero afetado tenha conexão com o aquífero sob a UC. 2.2 - Serão estudadas com
96 restrições; 2.2.1 - Bacia Hidrográfica do Rio Tavares (mediante o estabelecimento de critérios
97 de qualidade para o efluente tratado e aquífero receptor); 2.2.2 - Áreas particulares. 3 -
98 Sistemas locais: 3.1 - Não serão estudadas; 3.1.1 - Áreas integralmente atendidas com rede
99 implantada (operando ou fora de operação como em regiões do Campeche, Itacorubi, Tapera e
100 oeste da Ilha) e em áreas em implantação/a serem implantadas (Ingleses, Saco Grande,
101 Itacorubi e Campeche); 3.1.2 - Áreas Comunitárias Institucionais e Áreas Verdes de Lazer
102 oriundas de parcelamentos do solo e loteamentos devidamente aprovados. 3.2 - Serão



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

103 estudadas com restrições; 3.2.1 - Áreas com hipsometria inferior a 5 metros,
104 independentemente do nível de ocupação do solo (áreas cinzas); 3.2.2 - Áreas com hipsometria
105 entre 5 a 10 metros com maior nível de ocupação do solo (áreas amarelas); 3.2.3 - Áreas com
106 solo pedregoso (áreas alaranjadas) com maior ocupação do solo e densidade demográfica;
107 3.2.4 - Regiões de baixada e/ou sujeitas à inundação; 3.2.5 - População acima de 1.000
108 habitantes. Encerrada apresentação do João H. Pereira, **Pablo** discorreu sobre a sua
109 contribuição sobre o Escopo do Termo de Referência do Estudo das Alternativas de Disposição
110 Final dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Florianópolis. Considerando: I - ESTUDO DE
111 CONCEPÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS (2019), Volume II –
112 Diagnóstico do esgotamento sanitário em Florianópolis, item 5.2 Áreas não atendidas pelo
113 sistema convencional: [...] O índice de atendimento no ano de 2017 é de 65,46%, então se
114 estima que a população urbana que não utiliza sistemas semi-centralizados é de 34,54%. As
115 regiões em Florianópolis que não são atendidas pelos sistemas públicos semi-centralizados e
116 que, portanto, contam com soluções descentralizadas são: - Norte da Ilha: Sambaqui, Santo
117 Antônio, Cacupé, Ratoles, Rio Vermelho, Daniela, Santinho, parte dos Ingleses, Vargem
118 Pequena, Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus e parte da Cachoeira do Bom Jesus; - Leste
119 da Ilha: parte da Lagoa da Conceição, Praia Mole, Barra da Lagoa e Costa da Lagoa; - Centro
120 (Ilha): algumas áreas das localidades do Itacorubi, Jardim Anchieta, Córrego Grande, Costeira
121 do Pirajubaé e João Paulo; - Sul da Ilha: toda a região do sul da ilha. II - ESTUDO DE
122 CONCEPÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS (2019), Volume III –
123 Prognóstico do Esgotamento Sanitário em Florianópolis, item 5.4 Sistemas descentralizados e
124 individuais: [...] há diversas regiões do município que contam somente com o uso de sistemas
125 descentralizados e individuais/locais como alternativa para o tratamento e a disposição final do
126 esgoto doméstico e que, se bem projetados, construídos, operados e mantidos, podem
127 apresentar uma boa eficiência na remoção de poluentes. Entende-se que: 1) Há necessidade de
128 se estabelecer no escopo que trata do conteúdo que será contemplado no Termo de Referência
129 do Estudo das Alternativas de Disposição Final dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de
130 Florianópolis, ações a serem estabelecidas de aprimoramento de instrumentos de governança
131 pública relacionado com o acompanhamento periódico dos sistemas de tratamento no lote,
132 notadamente aos considerados grandes geradores. Finalizada a apresentação, **Pablo** colocou o
133 grupo de pesquisa da UFSC à disposição da Prefeitura e do COMSAB e enfatizou que a Lei
134 14.026/2020, que é o novo marco do saneamento, em seu Art. 3º diz que todas as ações, desde
135 coleta, transporte, tratamento e disposição final de estações e de sistemas no lote, como o lodo
136 de limpa fossa, são sistemas públicos. Ver sob este ângulo é um tanto complicado porque como



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

137 o sistema público irá controlar as ligações prediais. Atualmente é realizado da CI à rede, quando
138 há esse modal de esgoto, concluiu **Pablo**. Em relação à indagação do conselheiro João
139 Henrique Peixoto, **João H. Pereira** esclareceu que as informações sobre o escopo e
140 contraescopo foram encaminhadas junto à convocação. Quanto aos prazos citados por **Carlos**
141 **Leite, João Pereira** disse que o prazo que tem no Plano, a meta do dispositivo final não é uma
142 meta que está no Plano atual. Em tese esse estudo deveria estar junto com a concepção geral
143 de esgotamento sanitário, porém a comissão entendeu que valeria separar, pois a próxima
144 etapa é de contratação da empresa. O horizonte é tentar dois anos e a contratação será pela
145 CASAN. Sendo assim, encerrando a presente reunião, a comissão aguardará os sete (7) dias
146 na possibilidade de receber contribuições e, na sequência, iniciará a elaboração do TR e
147 contratação da empresa. Dentro desse prazo de dois anos, traçar um cronograma definindo
148 tempo para elaboração do TR, processo licitatório, estudo e compartilhamento desse estudo.
149 Porém vai depender do conteúdo do TR. **Paulina** informou que o texto sobre Escopo e
150 Contraescopo remetido pelo Pablo e as orientações da Comissão, no decorrer da presente
151 reunião, foram disponibilizadas pelo whatsapp no grupo do COMSAB. **Eugênio** se manifestou
152 falando sobre o Decreto 17.748 que nas suas atribuições, cita que deve haver articulação entre
153 planejamento urbano do Município e a capacidade de suporte hídrica e de esgotamento; que
154 deve haver integração entre os órgãos de conhecimento do Estado (UFSC, IFSC, UDESC); que
155 deve consolidar e adequar as iniciativas já existentes e executadas e adequar essas iniciativas,
156 ou seja, ver as estações de tratamento existentes e avaliar se estão funcionando
157 adequadamente. Na sua avaliação, percebe que há muitas reclamações sobre o funcionamento
158 destas estações de tratamento. O Projeto Se Liga na Rede é exemplo de que tem muitas
159 dificuldades de lançamento, ou de execução ou de funcionamento das estações de tratamento,
160 seja por falta de fiscalização ou problemas junto à própria estação de tratamento de esgoto.
161 Exemplificou que não é de conhecimento o volume que as estações de tratamento podem
162 atender, o volume de irregularidades existentes na cidade, o volume de pessoas desassistidas
163 por ETE. **Eugênio** disse que esse diagnóstico teria que fazer parte desse escopo, porque só vai
164 tomar decisões apropriadas, se tiver diagnósticos. Disse que houve estudo da concepção do
165 esgotamento Decreto 21.689 foi encaminhada a concepção para a CASAN e, neste interim, o
166 Conselho está discutindo uma parte dessa concepção. Não seria interessante incorporar a
167 concepção e todo estudo do esgotamento sanitário no mesmo documento, indagou **Eugênio**.
168 Indagou quem vai fazer o TR. Falta articulação, avaliando a desconexão do COMSAB com o
169 Conselho da Cidade. Na questão do Plano Diretor, **João Pereira** enfatizou a importância do
170 IPUF estar fazendo parte da Comissão e faz a conexão com o Plano Diretor. No primeiro



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

171 momento, o estudo foi encaminhado a diversos órgãos, como universidades para opinar, foi
172 apresentado na Frente Parlamentar de Saneamento. Não foi apresentado no Conselho da
173 Cidade, pois o âmbito de discutir o saneamento é neste Conselho. Caso o Conselho da Cidade
174 avaliar que seja uma pauta importante, pode inserir esta pauta e chamar os envolvidos. João
175 Pereira disse ainda que o primeiro estudo traz o diagnóstico das ETEs em relação a capacidade
176 de cada sistema de esgoto. Por outro lado, para o aspecto operacional da qualidade, tem a
177 ARESC contratada que, por meio de relatórios, apresenta os dados com base na rotina de
178 fiscalização inicial e de acompanhamento. Tem processos que iniciaram há tempo e vem sendo
179 acompanhadas pela Agência Reguladora e os termos de adequação são encaminhados à
180 CASAN. **João H. Pereira** disse que haverá readequações da ETE do Saco Grande e também
181 da Insular pela CASAN, com acompanhamento da ARESC. No diagnóstico não houve avaliação
182 de qualidade, mas sim de capacidade das ETEs. O novo estudo estará vinculado com a
183 concepção geral, portanto será uma complementação. A CASAN fará a contratação, mas a
184 coordenação da comissão será da Prefeitura. O TR será elaborado por 'várias mãos', ou seja, a
185 CASAN irá estruturar a minuta do TR e a comissão irá avaliar, sob a coordenação da Prefeitura.
186 Em relação ao Se Liga na Rede, não avalia as ETEs, mas sim, a conexão de cada imóvel na
187 rede coletora. Apesar do percentual de atendimento da CASAN, na prática, muitos imóveis
188 estão fora do sistema. O decreto de 2010 que regulamentou a Lei 11.445/2007 já trazia a
189 ligação predial como um serviço público de esgotamento sanitário. É mais uma atividade que a
190 CASAN não desempenha no Município porque a ARESC não regulamentou. A nova lei que
191 revisou o marco regulatório, além de reforçar, deu o prazo de um ano. Sendo assim, se em um
192 ano o proprietário não conectar à rede, a CASAN pode fazer a conexão. O Município precisa
193 regulamentar junto à ARESC e a CASAN, pois trata-se de um ponto importantíssimo dentro dos
194 objetivos do Programa Se Liga na Rede. Eugênio frisou a importância da participação do IPUF
195 na Comissão, pois tem a preocupação de fazer a consolidação, representando o Conselho da
196 Cidade e que levará as propostas do COMSAB para aprovação no IPUF. Quanto à ARESC, na
197 avaliação do Eugênio, ela fiscaliza a ETE em si e não o que está acontecendo nas
198 residências, como está sendo ancorado pelo Programa Se Liga na Rede. A preocupação é
199 como vamos melhorar em relação as irregularidades apontadas pelo Se Liga na Rede. Ao final
200 da elaboração do TR, **Eugênio** solicitou que o documento seja encaminhado e apresentado ao
201 COMSAB para estar ciente do que estará sendo licitado. Albertina disse ter dúvidas em relação
202 ao fato de que não serão estudados os sistemas locais, nominando alguns bairros que já tem
203 redes instaladas, algumas em operação e outras não. Na oportunidade, **Albertina** indagou
204 como fica a situação das regiões no Itacorubi, onde tem rede instalada, mas não em



EP 88.010-300

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 - 4º andar - Centro - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

205 funcionamento, porém a rede não cobre toda a região. Tem grande parte do bairro sem
206 cobertura da rede. Outro exemplo citado pela **Albertina**, foi o Morro do Quilombo, que não tem
207 rede e é altamente poluidora do rio do bairro, enfatizando que, por conta do tipo de solo, não
208 permite sistemas individuais de esgoto. Assim também estão sem cobertura de rede as regiões
209 do Alto Pantanal, Boa Vista. João Pereira disse que áreas integralmente atendidas com rede
210 implantada não serão estudadas. O que deverá ser feito, na avaliação do João Pereira, com
211 base no atual mapa de operação da CASAN, os mapas de ampliação dos Ingleses, Campeche,
212 Saco Grande e da Insular, fazer a sobreposição para avaliar o que tem e o que vai ter de
213 sistema coletivo. Certamente o que não estiver contemplado deverá ser incluso no estudo.
214 Finalizando a reunião, **Laudelino** disse que, juntamente com a Diretora de Saneamento
215 Janaína, está dando todo apoio à equipe técnica e salientou a preocupação em relação ao
216 prazo dilatado que a lei permite, foi colocada como prioridade a agilização desse trabalho junto
217 à equipe que está desenvolvendo para obter as informações o mais rápido possível. A
218 concessão com a CASAN encerra em 2032, portanto, não há muito tempo para ficar
219 postergando e aguardando novas redefinições para que possamos ter a universalização
220 garantida e concluída no Município. Há necessidade de agilidade nas discussões e
221 estabelecimento do escopo, para que se possa ter o plano que possa ser realizado com a
222 qualidade que a população de Florianópolis necessita. Em relação às ETEs, **Laudelino**
223 registrou que as desenvolvidas para Florianópolis são umas das melhores do país, enfatizando
224 que todas tem licença ambiental, são fiscalizadas pela ARESC e a própria CASAN que tem um
225 sistema de gestão e controle. Também tem o detalhe dos índices do CONAMA que também são
226 atendidos. Atualmente, todo o esgoto coletado em Florianópolis é tratado, diferente de muitos
227 outros municípios, salientou o Presidente do Conselho. **João Pereira** rememorou que no
228 período dos próximos sete dias os conselheiros poderão remeter contribuições referentes ao
229 escopo e contraescopo. Para reforçar o encaminhamento, **Pablo** salientou que, após os sete
230 dias vindouros, a Prefeitura, juntamente com a CASAN irá preparar a minuta do TR, a qual será
231 discutida neste Conselho. **Laudelino** confirmou a informação, complementando que a discussão
232 no Conselho será antes do TR ser encaminhado à licitação. Finalizando a reunião, **Paulina** fez
233 menção de assuntos para a pauta da reunião ordinária, citando a retomada dos trabalhos da
234 comissão de revisão da Lei 7474/2007 e a retomada dos trabalhos da Comissão para discussão
235 das pautas do Conselho com base nos indicativos da Carta da II Conferência Municipal de
236 Saneamento Básico. Nada mais havendo a tratar **Laudelino Bastos e Silva** encerrou a reunião
237 agradecendo a participação dos conselheiros e eu, Paulina Korc, redigi a presente ata.